

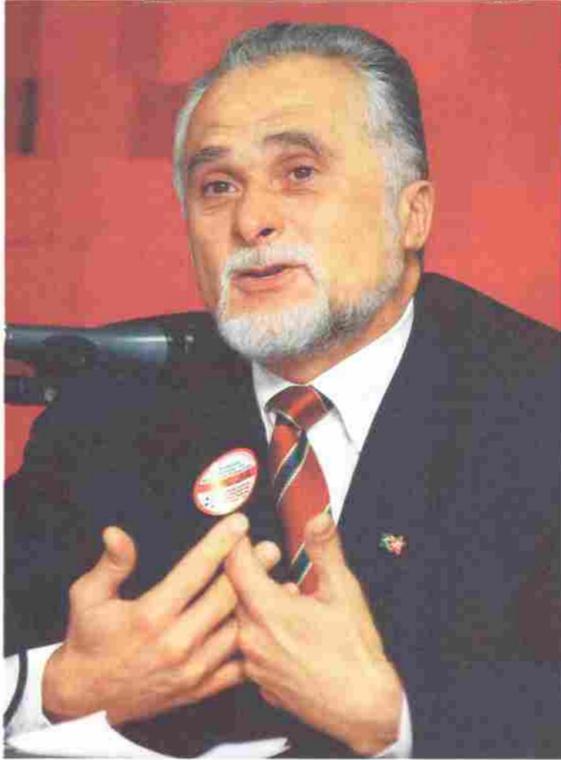


Bancada do PT foi decisiva para aprovar reforma, avalia Genoino

OS VOTOS DA BANCADA DO PT

No primeiro turno, na Câmara, da reforma da Previdência

A favor	81
Adão Pretto ¹	RS
Angela Guadagnin	SP
Anselmo	RO
Antônio Carlos Biffi	MS
Antonio Carlos Biscaia ¹	RJ
Antonio Nogueira	AP
Arlindo Chinaglia	SP
Ary Vanazzi ¹	RS
Assis Miguel do Couto	PR
Carlito Merss	SC
Carlos Abicalil	MT
Carlos Santana	RJ
César Medeiros	MG
Colombo	PR
Devanir Ribeiro	SP
Dr. Rosinha ¹	PR
Dra. Clair	PR
Durval Orlato	SP
Eduardo Valverde	RO
Fátima Bezerra ¹	RN
Fernando Ferro	PE
Fernando Gabeira ¹	RJ
Gilmar Machado ¹	MG
Guilherme Menezes ¹	BA
Hélio Esteves	AP
Henrique Afonso	AC
Henrique Fontana ¹	RS
Iara Bernardi ¹	SP
Iríny Lopes ¹	ES
Ivo José ¹	MG
João Grandão ¹	MS
João Magno	MG
João Paulo Cunha ²	SP
Jorge Bittar	RJ
Jorge Boeira ¹	SC
José Eduardo Cardozo	SP
José Mentor	SP
José Pimentel	CE
Josias Gomes	BA
Leonardo Monteiro	MG
Lindberg Farias ¹	RJ
Luci Choinacki ¹	SC
Luciano Zica ¹	SP
Luiz Alberto ¹	BA
Luiz Bassuma	BA
Luiz Couto	PB
Luiz Eduardo Greenhalgh	SP
Luiz Sérgio	RJ
Maria do Carmo Lara	MG
Maria do Rosário	RS
Mariângela Duarte	SP
Maurício Rands	PE
Nelson Pellegrino	BA
Neyde Aparecida	GO
Nilson Mourão	AC
Odaír	MG
Orlando Desconsi ¹	RS
Patrus Ananias	MG
Paulo Bernardo	PR
Paulo Delgado	MG
Paulo Pimenta	RS
Paulo Rocha	PA
Professor Luizinho	SP
Reginaldo Lopes	MG
Roberto Gouveia	SP
Rubens Otoni	GO
Rubinelli	SP
Selma Schons ¹	PR
Sigmaringa Seixas	DF
Simplício Mário ³	PI
Tarcísio Zimmermann ¹	RS
Telma de Souza	SP
Terezinha Fernandes ¹	MA
Vander Loubet	MS
Vicentinho	SP
Vignatti ¹	SC
Virgílio Guimarães	MG
Washington Luiz	MA
Wasny de Rouré ¹	DF
Zé Geraldo	PA
Zezéu Ribeiro	BA
Zico Bronzeado	AC
Abstenções	8
Chico Alencar	RJ
Ivan Valente	SP
João Alfredo	CE
Maninha	DF
Mauro Passos	SC
Orlando Fantazzini	SP
Paulo Rubem Santiago	PE
Walter Pinheiro	BA
Contra	3
Babá	PA
João Fontes	SE
Luciana Genro	RS



O presidente do PT, José Genoino, durante entrevista



Pellegrino e Pimentel, relator da reforma da Previdência

Líder vê contribuições

O líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), acredita que, se a reforma da Previdência não fosse realizada pelo governo Lula — com o apoio da bancada petista e de seus aliados —, teria sido muito mais dura. Ele enumera alguns pontos que considera positivos e que foram incluídos com o esforço da bancada do PT e da base aliada. “Nossa bancada, nossos aliados e a liderança do partido na Câmara tiveram um papel muito importante nas negociações da reforma”, afirmou.

Entre esses pontos o deputado cita a integralidade e paridade das aposentadorias dos atuais servidores, a Previdência complementar pública, a construção de uma transição e o redutor menor (de 3,5%) para os servidores que completarem os critérios de aposentadoria até 31 de dezembro de 2005.

Pellegrino ressalta ainda que a bancada petista lutou para a inclusão da isenção de contribuição solidária de 11% dos aposentados que ganham até R\$ 1.200 nos Estados de R\$ 1.440 na União, além de trabalhar para que a proposta tivesse a preocupação de incluir os cerca de 40 milhões de brasileiros, na grande maioria trabalhadores informais, que estão à margem do sistema previdenciário do país.

“Isso deu um relevo muito importante à reforma”, disse.

O líder ressaltou que o processo de negociação e votação da reforma no primeiro turno funcionou como um aprendizado para a tramitação das próximas reformas. Segundo ele, é preciso integrar ainda mais o governo com a bancada petista.

Em relação às discussões acerca da reforma tributária, Pellegrino prevê “um certo tensionamento” com governos estaduais e prefeitos, que vão defender seus interesses financeiros. “Mas nossos prefeitos e governadores têm desenvolvido uma prática solidária”, afirmou.

Para o parlamentar, a tendência é que a bancada petista vote mais unida na reforma tributária. “Os deputados do PT querem estabelecer princípios importantes como a desoneração da produção e a taxação das grandes heranças. A bancada vai lutar por esses princípios”, garantiu.

Ele defende que os oito deputados do PT que se abstiveram na votação da reforma da Previdência em primeiro turno, contrariando fechadamente de questão definido pelo Diretório Nacional, sejam punidos com uma advertência. E espera que, no segundo turno, eles deixem de abster e votem a favor da proposta.

PRESIDENTE DO PARTIDO DESTACA AÇÃO DOS PARLAMENTARES NA APROVAÇÃO, EM TEMPO RECORDE, DA PREVIDÊNCIA

O presidente nacional do PT, José Genoino, afirmou, em entrevista ao **PT Notícias**, que a participação da bancada do partido foi decisiva para a aprovação da reforma da Previdência na Câmara. “O PT e o governo devem um agradecimento aos parlamentares que souberam enfrentar as pressões, votaram a reforma e garantiram a tramitação em tempo recorde”, disse. Leia, a seguir, a entrevista.

A Câmara acaba de encerrar a votação, em primeiro turno, da reforma da Previdência, em um processo considerado uma vitória do governo Lula. Como o sr. avalia a tramitação da proposta e o resultado obtido?

É preciso dizer que em apenas quatro meses a proposta foi aprovada em primeiro turno. Isso é um tempo recorde: nunca uma emenda constitucional teve essa rapidez na tramitação, nem no rolô compressor de FHC para aprovar a reeleição. E nós sabemos que a reforma da Previdência é um assunto difícil — se não fosse, teria sido feita antes. O PT sempre defendeu a espinha dorsal da reforma, com critérios de justiça social e inclusão previdenciária, equilíbrio orçamentário — que é uma Previdência viável no presente e no futuro — e uma reforma moralizadora, que cortasse os altos salários. Esses três objetivos foram alcançados, porque o governo não se desviou desse eixo, que são as posições do PT desde 1996. O governo também não foi arrogante, soube discutir no Congresso e com os governadores e a sociedade. No Congresso houve, inclusive, mudanças negociadas, como a integralidade das aposentadorias, o aumento das pensões, o aumento da faixa de isenção na contribuição dos inativos, a inclusão previdenciária (com uma lei complementar) e as mudanças nas regras de transição. Para o PT, era preferível votar o relatório de José Pimentel [PT-CE], mas o texto foi mantido na sua essência. Soubemos, ainda, enfrentar com firmeza agressões de segmentos intransigentes dos servidores, como a tentativa de invasão da Câmara. É preciso destacar que a bancada do PT teve papel importante nas negociações com a oposição, segurou o tranco e foi fundamental na aprovação da reforma da Previdência. Foi um processo politicamente vitorioso.

Desde o início o sr. mencionava a necessidade do convencimento para a aprovação da reforma. Neste sentido, qual o resultado?

Fizemos um amplo trabalho de convencimento político no processo de debates no partido. Fizemos um seminá-

rio público, com um nível de participação que 20 mil pessoas; fizemos plenárias em todos os Diretórios Estaduais; fizemos dezenas de reuniões com a bancada, cinco delas com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini; fizemos um material de boa qualidade, tanto no conteúdo como na forma, em cartilhas e em um número especial do **PT Notícias**. Foi um processo político no sentido de aprovar a reforma da Previdência, sabendo o limite da negociação: manter aquilo que o PT sempre defendeu como conteúdo da proposta, que é uma Previdência única com piso e teto, que hoje são de R\$ 240 e R\$ 2.400, e previdência complementar fechada — portanto, não privatizada. Além disso, incluímos um piso para a contribuição solidária dos inativos, diferentemente da proposta do governo anterior, e também coisas importantes como o seguro-desemprego público, não privatizado, e a inclusão previdenciária. Para nós, essa reforma vai produzir efeitos de proteção para as aposentadorias mais baixas no setor público. De cada grupo de 100 trabalhadores, a reforma se referia a 6 e só uma minoria do setor público foi atingida, que são os que ganham altos salários. O PT foi firme no enfrentamento com o Poder Judiciário, e o debate político foi vitorioso, porque o partido respeitou, mas não teve medo dos magistrados. As negociações do teto no âmbito federal e do subteto nos Estados foram feitas em condições possíveis, mas sem aceitar a arrogância e a intransigência do Judiciário. Já a negociação com os governadores foi importante, mas não foi de submissão. No final, acho que foi um processo em que o convencimento e o debate político tornaram-se fundamentais, considerando que o governo foi proibido, por meio de uma liminar, de fazer propaganda para esclarecer a sociedade sobre a reforma.

Essas colocações representam discussões num âmbito mais nacional. Na base do partido e nos Estados, o processo foi semelhante?

A maioria dos filiados ao PT não só apóia o governo como é favorável à reforma da Previdência, conforme demonstrou pesquisa do Ibope. Em cada Estado, acho que os dirigentes e os parlamentares do PT defenderam bem a reforma da Previdência, em todas as fases da tramitação no Congresso e também no debate no setor público, nas universidades e nos diretórios do partido. Foi um processo tenso, de muita disputa. A bancada do PT, por exemplo, não fraquejou, soube fazer disputa e manter a espinha firme.

Continua na página 2

¹ Apresentaram, no plenário, declaração de voto; ² Presidente da Câmara, só vota em casos de empate; ³ No texto principal da reforma, o voto foi de Nazareno Fonteles, suplente de Francisca Trindade

CONGRESSO

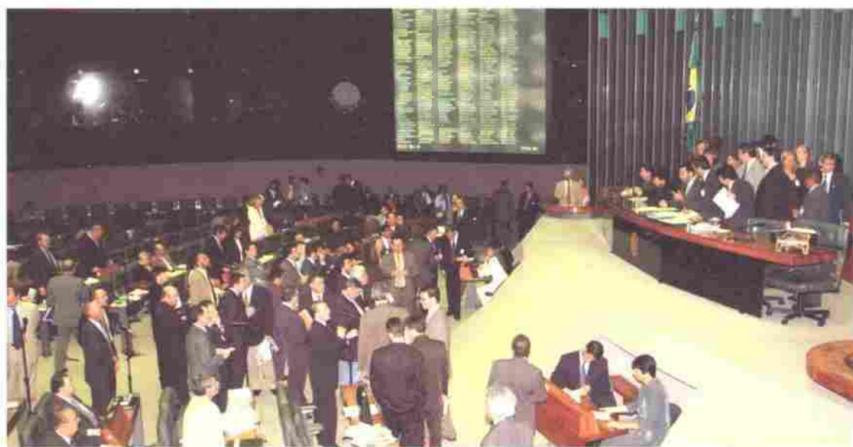
Reforma tributária deve ser concluída neste ano

GENOINO DIZ QUE O CALENDÁRIO PARA ESTE ANO ESTÁ MANTIDO

Leia a continuação da entrevista com o presidente do PT, José Genoíno.

Durante a tramitação da reforma da Previdência houve no PT uma tomada de decisão sobre a proposta, com resolução do Diretório Nacional posteriormente reafirmada pela Executiva Nacional. Ainda assim, na votação na Câmara, três deputados votaram contra a reforma e oito se absteram. Quais serão as repercussões desses gestos?

Na resolução de março, do Diretório Nacional, e na resolução de julho, da Executiva, o partido fechou questão sobre os pontos essenciais da reforma da Previdência. O pacto partidário exige que haja respeito a essas decisões. Em relação aos três parlamentares que votaram "não", esses parlamentares não agem mais como petistas. Estão praticamente fora do PT e deviam até tomar a iniciativa de deixar o partido. O PT não vai deixar de formalizar o ato de ruptura, porque foram eles que fizeram a ruptura ao agir como adversários do PT, utilizando a sigla do partido. Em relação aos outros oito parlamentares, é preciso dizer que tivemos muitas reuniões, minhas e do líder da bancada, para tentar demovê-los. Eles foram intransigentes na primeira abstenção, deram uma demonstração de flexibilidade quando votaram a favor da contribuição dos inativos, mas depois se absteram em uma emenda negociada pela bancada e estão anunciando que devem repetir o gesto no segundo turno. O Diretório Nacional decidiu que abstenção e ausência teriam o mesmo significado que "não" — costume dizer que abstenção é um "não" pela metade, um "não" envergonhado —, e portanto contrariam a decisão do partido. Será preciso discutir com esses parlamentares o que eles querem do PT, qual o futuro que eles imaginam no partido, porque romperam unilateralmente com o pacto partidário. Eles mesmos sabem que contrariaram a disciplina partidária. Esses oito parlamentares terão tratamento diferenciado dos três que estão se desligando do PT, mas o partido não vai deixar de tomar uma posição em defesa da democracia do partido e da bancada. Essa ques-



Plenário da Câmara durante a votação, em primeiro turno, da reforma da Previdência

Virgílio conclui texto

O relator da reforma tributária na comissão especial da Câmara, Virgílio Guimarães (PT-MG), apresentou o texto da proposta no dia 18. Entre as medidas estão a prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e da DRU (Desvinculação de Receitas da União), que permite ao governo federal movimentar livremente 20% de sua arrecadação.

Há um entendimento de que esses dois itens tenham de ser aprovados no Congresso até o próximo dia 30 de setembro, para que a arrecadação seja mantida já a partir de 1º de janeiro. Este deve ser o prazo, também, com que o governo federal conta para a aprovação integral da reforma tributária.

Em entrevista, Virgílio comentou os principais pontos da proposta e aproveitou para reafirmar os avanços em relação ao texto original. Ele destacou, por exemplo, a regra de transição que pre-

tende levar a distribuição de receitas do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, principal tributo dos Estados), da origem para o destino — o que beneficia os Estados mais pobres. O relatório estabelece um prazo de oito anos para a transição.

Ele também rebateu interpretações de que a não vinculação percentual da CPMF à Saúde signifique que a contribuição deixará de ser destinada à área. "Existe a vinculação de recursos com a seguridade social, que inclui a área de saúde."

Pelas regras atuais, a 0,20% da CPMF é destinada à saúde, 0,10% à seguridade social e 0,08% ao Fundo de Erradicação da Pobreza. O texto do relator não mantém a proporção, mas, segundo ele, está mantida a vinculação dos recursos à seguridade social, devendo a distribuição ser feita por meio de lei complementar.

(Com Agência Informes)

tão será colocada em reunião da Executiva e, evidentemente, vamos tratar disso em uma reunião do Diretório Nacional que será convocada com essa finalidade. Vamos conduzir o caso com muita flexibilidade, mas com firmeza suficiente para preservar os 81 deputados que votaram com o partido e também para garantir a disciplina partidária. Haverá alguma medida, que ainda vamos discutir.

A reforma da Previdência deve ser mantida na votação em segundo turno e seguir para o Senado. Qual a expectativa para a continuidade desta tramitação?

No Senado a tramitação é mais rápida, o processo é mais concentrado. Vamos reunir a bancada do PT para defender a aprovação da propos-

ta que sai da Câmara, para garantir o prazo de promulgar reforma da Previdência neste ano e assegurar o tempo necessário para discutir a reforma tributária.

O relatório da reforma tributária foi apresentado no dia 18. Há possibilidade de novos momentos de tensão?

A reforma tributária traz um contencioso entre os entes federados. Estamos fazendo uma reforma para não aumentar a carga tributária, que encontramos muito alta. No governo FHC, ela pulou de 26% para 38% do PIB [Produto Interno Bruto, soma de bens e serviços produzidos pelo país]. Não temos condição de diminuir a carga tributária de imediato, mas também não vamos aumentar. A idéia é desonerar os impostos no

setor produtivo, diminuir a contribuição dos autônomos para o INSS, para facilitar a inclusão previdenciária, e garantir uma simplificação do sistema tributário. Nós respeitamos a posição dos governadores, mas divergimos, não podemos aceitar tudo o que eles querem. Os pedidos em relação à Cide [Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico] dos combustíveis e à criação de um fundo de compensação dos Estados serão aceitos, mas o pleito em relação à CPMF [o "imposto do cheque"] é impossível, porque os recursos já são repassados por meio do Sistema Único de Saúde. O debate sobre a reforma tributária deve ter um impacto maior no Senado, que é a Casa dos Estados. Temos que ter essa sensibilidade e dar uma rapidez maior na Câmara para que os senadores possam tratar da questão. Vamos tentar cumprir o cronograma político e legal, de votar a reforma ainda neste ano para que as medidas entrem em vigor em 2004.

A permanência da CPMF terá de ser votada até 30 de setembro, para que a arrecadação continue em 2004. A aprovação da DRU (Desvinculação de Receitas da União) facilitaria a elaboração do primeiro Orçamento do governo Lula, que estará sendo analisado no mesmo momento pelo Congresso. Esses itens podem vir a ser discutidos em separado?

Essas questões dizem respeito ao Senado, no momento adequado. Na Câmara, a reforma tributária deverá ser votada globalmente. Respeitando a tramitação no Senado e o ritmo que as bancadas do PT e do governo vão dar à reforma, nós temos de estar abertos a examinar essas possibilidades. Acredito que, no Senado, vamos ter uma tramitação menos conflitante, na reforma tributária e também na reforma da Previdência.

OPINIÃO

Vitória brasileira

Ricardo Berzoini*

Concluído o primeiro turno da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, é imperativo dizer que o texto aprovado contém inúmeros avanços para o sistema previdenciário brasileiro, particularmente aquele que rege o sistema do funcionalismo público.

Destaco, como vitória maiúscula, que se assegurou, pela primeira vez no país, um debate aberto a respeito da Previdência Social, seus objetivos, suas regras e suas necessárias mudanças.

O resultado da votação demonstra a maturidade do Parlamento. Mesmo as medidas que foram alteradas pelo Congresso criaram ou aperfeiçoaram mecanismos de equilíbrio do sistema e mantiveram a essência da proposta original.

É o caso do subitem estadual para os magistrados, que cria um limite antes inexistente para os salários de desembargadores e juizes. Nos Estados, na prática, os proventos da magistratura já eram muito maiores que o limite de 90,25% da remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal. A aprovação do subitem significa um passo de extrema importância porque implica o corte imediato de salários incompatíveis com a realidade do país, que são recebidos por alguns juizes e funcionários.

Também foi muito positiva a adoção da contribuição definida para os fundos complementares. Apoiamos essa definição, que não constou da proposta original da reforma porque só seria viável por um acordo político dentro do Congresso Nacional. Felizmente, foi o que ocorreu. Com isso, o Estado brasileiro não terá a incerteza de passivos futuros, e os servidores poderão negociar os objetivos de seus fundos com os governos municipais, estaduais e federal. No texto votado pela Câmara, uma definição que tranquiliza: os fundos serão de caráter público e não privado.

Destaco, na lúcida votação da reforma, a aprovação da cobrança previdenciária sobre os servidores inativos. Medida de justiça social, porque evita que o desequilíbrio na aposentadoria dos servidores se projete para o futuro.

Registre-se que essas mudanças estão ocorren-

do no período curto de tramitação de uma reforma dessa envergadura. É verdade que ainda faltam o segundo turno na Câmara e as votações no Senado — mas o debate realizado publicamente, inclusive com a participação dos senadores, cria as condições para uma tramitação que guarde coerência com os acordos de lideranças partidárias.

A aprovação da reforma demonstrou, até aqui, o aperfeiçoamento progressivo da proposta original do governo, que sempre esteve aberto ao diálogo e à negociação com sua base parlamentar, com os partidos de oposição e com os segmentos diretamente afetados pelas mudanças.

A negociação e a capacidade de articulação são características do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que imprimiu ao seu governo a necessidade de consulta permanente aos partidos políticos — aliados e da oposição —, aos governadores e aos presidentes dos outros Poderes da República. A negociação e o diálogo são um imperativo da democracia.

Ficou claro para todos, desde o início, quando procurei governadores de partidos de oposição ao governo federal, que a intenção era aglutinar apoios muito além da base para garantir a vitória da reforma. Os votos que parlamentares de oposição deram ao texto da reforma atestam a qualidade das mudanças que serão introduzidas e que interessam não apenas ao governo federal, mas também aos Estados e municípios, porque interessam ao Brasil. A ativa participação dos governadores influenciou na votação por meio de suas bancadas. Foram, também, protagonistas e parceiros nessa conquista.

São superficiais e precipitados os argumentos dos que criticam o processo de amadurecimento da reforma da Previdência e nele tentam identificar fraquezas no governo. Os fatos mostram outra realidade. A aprovação da reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara dos Deputados não é uma vitória do Executivo nem do Legislativo nem do Judiciário. Não é da situação ou da oposição. Foi a vitória do diálogo, uma vitória do Brasil.

* Ministro da Previdência Publicado pela Folha de S.Paulo em 14/8/2003

PT NOTÍCIAS **CUPOM DE Assinatura**

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PT Notícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Genoíno	FOTOS Agência Brasil
SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Ozeas Duarte Ana Ribeiro (assessora)	SEDE Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000 Tel.: (11) 3243-1313 Fax: (11) 3243-1349 E-mail: ptnot@pt.org.br
EDIÇÃO Ralph Machado - MTb 21.131	REDAÇÃO Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini
DIAGRAMAÇÃO Sandra Luiz Alves	APÓIO ADMINISTRATIVO Rodrigo Zamprogna

Página na internet: www.pt.org.br
 Tiragem: 8.000 exemplares
 Fotolitos e impressão: Neo Graf

CONGRESSO

Diálogo venceu, diz João Paulo

PRESIDENTE DA CÂMARA COMEMORA REFORMA DA PREVIDÊNCIA E PREVÊ TRAMITAÇÃO RÁPIDA NA TRIBUTÁRIA

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), afirmou em entrevista ao **PT Notícias** que a “prática do diálogo” saiu ganhando durante as negociações da reforma da Previdência. Ele considera que o resultado final foi melhor do que a proposta original. Leia a íntegra:

A Câmara acaba de aprovar, em 1º turno, a reforma da Previdência, dentro do prazo previsto. Como o sr. avalia o processo de negociação com a base aliada e com a oposição?

O processo de negociação foi muito positivo e acabou gerando uma proposta que hoje é considerada melhor que a inicial. Além disso ficou evidente a disposição da Câmara dos Deputados em estar sempre aberta ao diálogo e à participação da sociedade. Por aqui passaram inúmeras entidades de servidores, centrais sindicais, o Judiciário, governadores e especialistas no tema, sempre debatendo com os partidos da base do governo e da oposição.

O sr. considera que essas negociações feitas melhoraram a proposta da reforma?

Sem dúvida nenhuma. Mantivemos a diretriz original que visa aproximar os regimes (dos servidores públicos e da

iniciativa privada), definindo um teto e garantindo a previdência complementar, com contribuição definida. Ao mesmo tempo, asseguramos a sustentabilidade do sistema, do ponto de vista econômico e atuarial.

O sr. diria que, como presidente da Câmara, saiu fortalecido neste que foi considerado o primeiro teste de ferro — e uma vitória — do governo Lula?

Não fui eu quem ganhou, mas sim o Parlamento e a prática do diálogo. Estou tranquilo e com a sensação do dever cumprido.

Na sua opinião, a convocação extraordinária em julho teve papel fundamental para a manutenção do prazo de votação?

Não há dúvida. Aproveitamos a convocação extraordinária para contar prazos e para aprofundar os debates, preparando a Câmara para a votação que acaba de ser realizada.

Durante a tramitação da reforma, houve momentos de tensão, com manifestações de servidores que tentaram interromper os trabalhos. Considerando que sua função é defender o funcionamento normal da Casa, o sr. acredita que houve sensacionalismo por parte da mídia e uso político do epi-



João Paulo Cunha (PT-SP), durante sessão da Casa

sódio em que a PM usou o corredor da Câmara para conter os manifestantes?

Meu sentimento foi de tristeza por ver a mídia dar uma versão falsa do ocorrido. Mas, tudo bem, já passou. O trabalho da gente é tentar garantir o direito da manifestação pública, mas ao mesmo tempo garantir o funcionamento do Parlamento que representa a sociedade.

Com relação à reforma tributária, o sr. prevê mais dificuldades?

Teremos muitas dificuldades. Evidentemente, de outra natureza.

O sr. disse nesta semana que a Câmara vai remeter ao Senado uma reforma modesta, limitada. O que quer dizer com isso?

Significa que a Câmara

não vai, neste momento, discutir repartição de receitas e nem o pacto federativo. Vamos circunscrever a reforma tributária ao debate do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), da DRU (Desvinculação das Receitas da União), da desoneração das exportações e dos bens de capital, o fim da cumulatividade da Cofins, entre outros.

Houve algum acerto para que Câmara agilize a reforma tributária?

A celeridade da reforma é uma necessidade do país. A Câmara está sintonizada com o país. Mas, não vamos prescindir dos debates.

PT Como o presidente da Câmara analisa os oito me-

ses de governo Lula?

Sobre três aspectos considero o governo Lula positivo: 1, no plano internacional, reinseriu o Brasil no debate e colocou nossa sociedade de pé no diálogo com outros países; 2, no plano econômico, controlou a inflação, reduziu o risco Brasil e dominou o câmbio e, com isso, recuperou a imagem e o crédito do país, aqui e lá fora; e 3, no plano social, apesar dos problemas, transformou o Programa Fome Zero em uma pauta discutida por toda a sociedade. Por fim, praticamente acabou de aprovar a reforma da previdência e criou as condições para a reforma tributária. É um governo que, em oito meses, está aprovado.

Além das reformas, o que o sr. considera prioritário na agenda da Câmara em seu mandato como presidente?

Posso enumerar, entre outras, a reforma trabalhista, a Lei de Falências, a legislação da segurança pública e seus reflexos no Código Penal e o aprofundamento do debate sobre o Orçamento da União.

O sr. esteve recentemente na Argentina para negociar o Parlamento Comum para o Mercosul. Como está essa questão? O que mais está em sua agenda internacional?

Estive em Buenos Aires em visita oficial ao presidente da Câmara argentina, Eduardo Camaño, e posteriormente em Montevideu com o presidente da Câmara uruguaia,

Jorge Chapper. Propus a criação de uma instância política de decisões sobre normas comuns para o Mercosul. Penso que o fortalecimento do Mercosul neste momento é fundamental quando se discute a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Ainda na agenda estão previstas visitas ao Paraguai, à Bolívia, ao Chile e ao México, onde procurarei incrementar as relações entre a nossa Câmara e os parlamentos dos respectivos países.

Como presidente da Câmara, o sr. faria algum tipo de medida administrativa na Casa?

Acabamos de criar uma Diretoria de Recursos Humanos que irá aprimorar e tornar mais eficiente o trabalho na Câmara, oferecendo mais oportunidades de crescimento aos funcionários. A mudança na forma de solicitação de passagens aéreas tem permitido um maior deslocamento dos deputados, levando a Câmara a participar de debates e seminários em todos os rincões do país, a custos menores. A recuperação, em curso, de centenas de apartamentos funcionais levará a uma economia de gastos nos auxílios-moradia, além de recuperar superquadras de Brasília hoje deterioradas. Também estamos cuidando da reformulação da segurança da Câmara e da Secretaria de Comunicação Social, responsável pela TV Câmara.

COLOQUE A NOSSA ESTRELA NO CORAÇÃO DE UM AMIGO.

Certamente você tem um amigo ou amiga que sempre simpatizou com o pensamento, os ideais e a história do PT. Para estas pessoas, participar do PT pode ser um desejo que nunca foi realizado por diversos motivos.

Mas agora é a oportunidade de tê-las com a gente. Não só por elas, mas porque o PT também precisa crescer para continuar divulgando suas idéias e conquistar novas vitórias nas eleições de 2004.

Por isso, a gente conta com você para o sucesso da Campanha de Filiação 2003.

CAMPANHA DE FILIAÇÃO 2003

INFORME-SE LIGANDO GRÁTIS PARA 0800-7010013 OU NO DIRETÓRIO MUNICIPAL DA SUA CIDADE.



GOVERNO

Lula reafirma seus compromissos

PRESIDENTE AFIRMA QUE VAI CUMPRIR PROPOSTAS, MAS PEDE COMPREENSÃO: "NÃO DÁ PARA FAZER TUDO DE UMA VEZ"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, em entrevista à Radiobrás, agência de notícias do governo federal, que vai cumprir os seus compromissos de campanha. "Não briguei para ser eleito e não fazer. Eu vou fazer cada coisa que assumi de compromisso com vocês", disse Lula, que fez apenas uma ressalva: "A única coisa que eu peço é compreensão. Não dá para fazer tudo de uma vez: não dá na família da gente, não dá na cidade da gente e, muito menos, no Brasil, porque é muito problema".

O presidente se mantém otimista. "Tem uma coisa que eu aprendi e não vou perder: é o direito de andar de cabeça erguida no meu país olhando na cara da minha gente e podendo conversar de irmão para irmão. Isso eu aprendi com a minha mãe, uma analfabeta, e isso eu quero passar para o meu povo. Você pode ter dificuldade de fazer as coisas, mas, se tiver disposição, vontade, você faz". Leia, a seguir, trechos da entrevista.

Radiobrás - O governo iniciou com uma tarefa árdua, a aprovação das reformas da Previdência e tributária. Por que começar com o mais difícil?

Luiz Inácio Lula da Silva - Durante a campanha, nós prometemos que, no primeiro semestre de 2003, iríamos discutir com a sociedade a proposta de reforma da Previdência e tributária e que, no segundo semestre, iríamos enviá-la ao Congresso. Em função da necessidade de fazer as duas reformas com uma certa urgência, por conta da falência do sistema previdenciário do país, especialmente no setor público, da fragilidade dos Estados na arrecadação e da política tributária que asfixia o setor empresarial, responsável pelo investimento na produção, nós resolvemos antecipar.

Fizemos uma proposta de reforma discutindo com os 27 governadores. Foi uma inovação na política nacional: pela primeira vez os governadores participaram da elaboração da proposta. O segundo passo foi levar a discussão da proposta ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é uma representação da sociedade brasileira. Quando estava pronto o projeto, nós, junto com os governadores, o enviamos ao Congresso, no dia 30 de abril, dois meses antes do que eu tinha prometido.

E, para minha grata surpresa e alegria do povo brasileiro, conseguimos fazer em sete meses uma reforma que, em alguns países, demorou cinco, oito e até dez anos. Aqui no Brasil, o presidente que eu estou sucedendo ficou oito anos tentando fazer e não conseguiu. E qual é o milagre? É o exercício da democracia na sua plenitude. Conversar com os segmentos da sociedade, ter a capacidade de ouvir os prós e os contras. Foi assim que conseguimos votar a reforma da Previdência, que eu acredito ser um bem enorme para o governo federal e muito mais para os Estados,

que estão falidos. Agora eu posso olhar no rosto do meu neto e dizer que ele, daqui a 30 ou 40 anos, terá um sistema que lhe garantirá uma aposentadoria segura e que o Estado terá dinheiro para lhe pagar.

Foi um benefício enorme para o povo brasileiro. Obviamente que algumas pessoas sempre são contra — é normal. Mas, a verdade é que é a primeira vez na história do Brasil que, sem fazer discurso, nós acabamos com os marajás. Todo mundo lembra que, em 1989, o Collor falou que ia acabar com os marajás, mas em 2003 ainda tinha gente ganhando R\$ 53 mil, R\$ 45 mil, R\$ 30 mil por mês. A partir de agora, o maior salário será igual ao do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), R\$ 17 mil.

Radiobrás - O sr. sofreu muita resistência para fazer essa reforma. O sr. acredita que a população já está se dando conta dos benefícios dessa reforma ou é algo que será sentido a médio e longo prazo?

Lula - A resistência não foi da população, porque todas as pesquisas mostraram que 70% dos brasileiros são favoráveis à reforma da Previdência. Mesmo no funcionalismo público nós tínhamos uma maioria favorável, sobretudo a grande maioria que ganha os salários mais baixos. Por quê? Porque na reforma nós tratamos de proteger as pessoas que ganham menos. Quem ganha até R\$ 1.200 por mês [nos Estados; R\$ 1.440 na União], se já estiver aposentado, não vai contribuir com os 11%. Quem ganha mais vai contribuir somente sobre o que excede R\$ 1.200 [nos Estados; R\$ 1.440 na União]. Unificamos o teto [R\$ 2.400]. Resolvemos o problema da pensão.

Radiobrás - Então, a reforma da Previdência foi um sucesso?

Lula - A reforma da Previdência aprovada até agora foi um sucesso extraordinário. Alguns especialistas acham que o que foi aprovado é até melhor do que o que nós mandamos para o Congresso. E, passada essa situação, vamos ver a reforma tributária ser votada. Quero ver se votamos até dezembro, o mais tardar. Precisamos começar o ano de 2004 pensando em outras coisas. Temos que dedicar muito tempo à reforma agrária. Temos que fazer a reforma da legislação trabalhista, a reforma da estrutura sindical. E temos que começar a discutir a retomada do crescimento da economia, porque é isso que interessa. O Brasil tem que voltar a crescer para gerar empregos, gerar renda e gerar distribuição de riqueza.

Radiobrás - Quais serão os próximos passos do governo?

Lula - Vamos ver primeiro o que já foi feito. Quando nós tomamos posse, todo brasileiro sabia que a economia estava numa situação difícil e que era preciso recuperar a credibilidade externa. Vamos só lembrar uma coisa: em dezembro do ano passado, a perspectiva de inflação para



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante entrega de estudos do Plano Plurianual

os próximos 12 meses era de 40%. Hoje a perspectiva é de 7%. Em dezembro do ano passado, o Brasil não tinha um dólar para financiamento das nossas exportações. Hoje temos financiamento outra vez. Nós começamos a reduzir a taxa de juros e, depois que reconquistamos a credibilidade do Brasil tanto interna como externamente, resolvemos atacar alguns setores que entendíamos necessários.

Fizemos a mais importante política agrícola para o país. Liberamos, pela primeira vez, R\$ 5,4 bilhões para a agricultura familiar. Liberamos dinheiro antes da época do plantio e, mais importante, agora não só o dono da terra, o homem, vai ter o financiamento. A mulher pode ter, o filho pode ter. Então, em uma mesma propriedade, a família pode fazer três projetos e pegar dinheiro, com uma vantagem: o Banco do Brasil efetivamente se desburocratizou, as pessoas agora vão ao banco e vão pegar o seu dinheiro.

E na agricultura empresarial, que está indo muito bem no Brasil, vamos fazer tudo o que for possível para aumentar a nossa produção, as nossas exportações e o superávit comercial.

Discutimos outra coisa importante para o Brasil: a questão do microcrédito. O problema é com o povo pobre, que quer comprar um eletrodoméstico qualquer. Se for a uma financeira, vai pagar mais de 300% de juros ao ano. Se for a um banco, vai pagar

116% ao ano. Nós então criamos, na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, políticas de microcrédito para que a pessoa possa pegar dinheiro a 2% ao mês. É um ganho extraordinário para essas pessoas que jamais conseguiram ter acesso ao crédito. E nós vamos criar mais, vamos fazer cada coisa que nós prometemos durante a campanha.

Radiobrás - Nós já vimos um ex-presidente afirmar que é fácil governar o Brasil. Governar o Brasil é fácil?

Lula - Não é difícil não. Tem muitos problemas, mas, se tudo estivesse resolvido, eu não teria ganho. Ganhei exatamente porque tem muito problema. As pessoas creditaram ao meu partido, aos meus aliados e a mim a responsabilidade de resolver esses problemas. Eu não cheguei à Presidência da República por acaso. Não fui uma figura inventada, "ah, vamos escolher fulano para ser presidente". Não, eu briguei para ser presidente da República, perdi três eleições e não desisti. Eu queria provar que é possível melhorar a vida desse povo, é possível garantir que as pessoas tomem café da manhã, almocem e jantem todo o dia. É possível garantir que as pessoas tenham a possibilidade de ter uma casinha para morar.

É possível fazer uma reforma agrária tranquila e pacífica. Ninguém vai fazer ela na marra. Quem vai fazer é o governo. E vai fazer de acor-

do com as suas possibilidades. A reforma agrária é muito importante para nós, mas ela não pode ser feita como era até então, jogando os trabalhadores pobres no meio do mato e deixando por conta de Deus. É preciso dar terra, infra-estrutura, ter estrada para escoar a produção, ter financiamento, formar agroindústria, agrovilas. Não um morador a dez quilômetros do outro. Constrói uma agrovilas, ali você coloca uma escola, um posto médico, faz uma praça para as crianças brincarem. Você transforma essa reforma agrária numa coisa civilizada, humana.

Temos que pensar em um outro jeito de fazer as coisas neste país. E vamos fazer, porque eu acredito nisso, o governo é todo de gente comprometida com isso. Sabemos que temos que fazer: é isso que dá tranquilidade, dá otimismo. Para mim, não tem tempo feio. Nunca conquistei nada na vida que fosse fácil. Vamos resolver o problema do Brasil na luta, com perseverança, mas também com paciência, sempre dizendo a verdade para o povo brasileiro. Na hora em que a gente puder dar, a gente dá. Na hora em que a gente não puder, tem que fazer como faz com o filho da gente: "Não posso". E as pessoas têm que compreender. Quero que o povo brasileiro saiba que, cada vez que fizemos um gesto de honestidade com o povo, é o gesto de honestidade que tenho com meus filhos e netos.

Social terá mais verba em 2004

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, anunciou que o governo federal terá mais recursos à disposição no próximo ano. De acordo com ele, em 2004 também serão aumentados os recursos, o que deverá permitir uma elevação nas transferências de renda entre 10% e 15%.

Os comentários de Mantega foram feitos após uma reunião, no Palácio da Alvorada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros José Dirceu (Casa Civil) e Antônio Palocci (Fazenda), na qual discutiram o Orçamento da União para 2004.

As receitas estimadas para 2004 são da ordem de R\$ 409 bilhões. Para a Saúde, o ministro do Planejamento disse que o aumento de recursos será de quase R\$ 6 bilhões. Ele assegurou ainda que haverá aumento do salário mínimo e dos salários dos servidores, mas ainda não há uma definição do percentual de reajuste.

Mantega afirmou que os ministérios dos Transportes, Cidades e Integração Nacional terão obras consideradas prioritárias no Orçamento. Entre elas estão a revitalização do Vale do São Francisco, as rodovias Fernão Dias, BR-116, a rodovia que liga Florianópolis a Osório, Paraná a São Paulo e obras dos portos de Santos e Sepetiba, do Ferroanel e mais algum trecho do Rodoanel, na Grande São Paulo.

Expansão

De acordo com o ministro do Planejamento, o governo trabalha, para 2004, com uma projeção de crescimento de 3,5% para o PIB (Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) e com uma inflação de 5,5%. A expectativa para juros reais (juros nominais menos inflação) é de 8,6%.

Segundo ele, caberá ao governo central (que reúne União, Previdência e Banco Central) uma economia de R\$ 43 bilhões no próximo ano, o que seria equivalente a 4,25% do PIB. Esse número representa o superávit primário do governo central, que é o resultado das receitas menos as despesas antes do pagamento dos juros da dívida pública.

Em valores nominais, a comparação com 2003 revela que o esforço exigido do governo central vai subir de R\$ 39 bilhões para R\$ 43 bilhões, mas, como já havia sido anunciado no início do governo Lula, a relação entre superávit primário e PIB será mantida.

A previsão é de que o percentual de 4,25% permaneça até o final do governo, com o objetivo de reduzir a relação entre a dívida pública e o PIB. No final do governo FHC, essa relação chegou a quase 60%, mas vem sendo reduzida desde a posse de Lula.